

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA**

CENSO INDÍGENA DA LAGOA DA ENCANTADA

RELATÓRIO DE PESQUISA

Coordenadora:
Maria Sylvia Porto Alegre

Pesquisadores:
Roselane Gomes Bezerra
Carlos Kleber Saraiva de Sousa

GP ESTUDOS INDÍGENAS

FORTALEZA, AGOSTO DE 1997

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é parte integrante do projeto "Relações Interétnicas e História Regional: uma revisão do 'desaparecimento' dos povos indígenas no Nordeste", que sendo efetivado pela Profa. Maria Sylvia Porto Alegre por meio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq desde 1993.

O projeto tem como principal objetivo o entendimento das relações entre os povos indígenas e a população regional, mediante a pesquisa de fontes históricas e o estudo etnográfico das sociedades indígenas contemporâneas que habitam o Nordeste brasileiro. Os resultados obtidos até o momento indicam que algumas etnias consideradas extintas não só continuam a existir como tem retomado seu crescimento demográfico nas últimas décadas. Embora modificados pelo contato intensivo e muito antigo com a população circundante, tais grupos conseguiram sobreviver e manter sua identidade étnica, resistindo à diluição no interior da sociedade mais ampla, preservando parte de sua organização social tradicional e de suas tradições, que continuam vivas na memória grupal.

Em 1995, como parte do projeto, decidimos realizar o recenseamento de alguns grupos indígenas existentes no Ceará, cujas terras estão programadas para identificação pela FUNAI e sobre os quais não se tem quase nenhuma informação sistêmica. Escolhemos o grupo indígena Paiaku (Jenipapo- Kanindé, segundo identificação oficial) localizado na Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz, com o qual já vínhamos trabalhando, para fazer uma pesquisa piloto, cujos resultados são apresentados no presente relatório.

Em 1996 a pesquisa foi estendida ao grupo indígena Pitaguary, localizado no município de Maracanaú, estando o trabalho de campo em andamento com a participação de uma outra equipe de pesquisadores/bolsistas da UFC. Além desses dois estudos, o recenseamento também foi iniciado junto a populações rurais negras do Ceará, por iniciativa de alunos do Curso de Ciências Sociais da UFC interessados nessa temática. O

primeiro censo desse tipo está sendo feito com um grupo étnico da localidade dos Bastiões, situada no município de Itarema.

Os pesquisadores participantes do projeto "Relações Interétnicas e História Regional" são alunos de graduação do Curso de Ciências Sociais e do Curso de História da Universidade Federal do Ceará. Eles se integram à pesquisa como bolsistas do PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do CNPq, que visa engajar estudantes de graduação no processo de pesquisa e proporcionar-lhes aprendizagem de métodos de técnicas científicas. Além do projeto em equipe, cada estudante desenvolve sua própria pesquisa individual, como monografia final do curso de bacharelado.

As equipes de pesquisa realizam seus trabalhos integradas ao Grupo de Pesquisa "Estudos Indígenas e Grupos Étnicos" da UFC, do qual participam pesquisadores, docentes, doutorandos, mestrandos e alunos de graduação com estudos em andamento em diversas universidades do país, sobre a temática étnica no Nordeste. As atividades do GP incluem a programação de seminários internos e atividades abertas ao público, bem como o apoio técnico-científico e financeiro aos membros/estudantes da UFC para que possam participar de encontros científicos regionais e nacionais, onde têm oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, trocar experiências e apresentar as pesquisas em andamento.

A equipe responsável pela realização do Censo Indígena da Lagoa da Encantada é composta pela professora Maria Sylvia Porto Alegre (Coordenadora) e pelos pesquisadores bolsistas do PIBIC-CNPq Roselane Gomes Bezerra (atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC) e Carlos Kleber Saraiva de Sousa (bacharelado do Curso de Ciências Sociais da UFC).

Desejamos agradecer o apoio dado aos pesquisadores pela população indígena da Lagoa da Encantada durante as visitas realizadas, em particular à cacique do grupo - Maria de Lurdes Alves da Conceição, conhecida como *Pequena* e às suas filhas Juliana e Maura. Também agradecemos a Maria Zuleide Freire, presidente da Associação de Comunidades

de Trairussu, Lagoa da Encantada e Tapuio (entidade composta de indígenas e não-indígenas) e sua irmã Zulene - pela valiosa colaboração prestada à pesquisa.

Nossos agradecimentos se estendem ao advogado Dr. Aécio Aguiar da Ponte e a Maria de Lourdes Luz, da Arquidiocese de Fortaleza, cujo trabalho junto à Pastoral Indigenista da Arquidiocese tem trazido um apoio jurídico e prático às populações indígenas no Ceará e que muito nos ajudaram no contato com a comunidade e no conhecimento da problemática vivida na Lagoa da Encantada.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório contém os resultados da pesquisa desenvolvida na Lagoa da Encantada, localizada no distrito de Jacaúna, município de Aquiraz, Estado do Ceará, visando o levantamento de dados relativos ao perfil demográfico da população indígena aí residente, oficialmente denominada Jenipapo-Kanindé.

Primeiramente, o relatório apresenta os dados obtidos sobre o total da população recenseada e sua caracterização por sexo, idade, grau de instrução, ocupação e renda familiar, fornecendo dados sobre a economia de subsistência, a infraestrutura, as condições de saúde e as relações de parentesco no interior da comunidade.

A seguir, examinamos a situação da propriedade da terra, incluindo informações sobre o tempo de residência no local, o tamanho da propriedade, as características da habitação e a existência ou não de documentação que comprove a posse do terreno.

Finalmente, na última parte do trabalho, são vistos alguns aspectos ligados à auto-identificação e à denominação do grupo étnico.

1.1. Metodologia

A coleta de dados e a tabulação e análise preliminares dos resultados foram feitas pelos pesquisadores Roselane Gomes Bezerra e Carlos Kleber Saraiva de Sousa, com supervisão da coordenadora, também responsável pela tabulação e análise finais.

O trabalho de campo foi realizado entre janeiro e março de 1996 por meio da aplicação de um formulário padronizado, por domicílio, com perguntas fechadas e abertas, respondido pelo chefe da família ou pela esposa, com a ajuda eventual de uma ou mais pessoas da residência. Não foram registradas as pessoas da família que nasceram na localidade mas residem em outros lugares nem as que já faleceram.

Simultaneamente ao preenchimento do formulário os pesquisadores realizaram pesquisa bibliográfica, observações diretas e entrevistas abertas em campo, percorrendo extensivamente a localidade, utilizando o gravador, tirando fotografias e convivendo com a população para complementar as informações coletadas.

1.2. Localização e acesso

O município de Aquiraz está situado no litoral leste do Estado do Ceará e dista aproximadamente 30 quilômetros de Fortaleza e seus limites são: ao norte Fortaleza; a noroeste Messejana; a oeste Pacatuba; ao sul Pacajus; a sudeste Cascavel; a leste e nordeste o Oceano Atlântico. As duas vias principais de acesso a Aquiraz são a BR116 e a CE004.

O acesso à Lagoa da Encantada se dá por uma estrada carroçável que tem início à margem direita da BR CE 453, distante aproximadamente 15 kms. ao sul do município de Aquiraz. Deve-se percorrer cerca de 6 kms. pela estrada carroçável até o local onde vive a população indígena, fixada às margens da lagoa e seus arredores.

A distância total entre Fortaleza e a Lagoa da Encantada é de aproximadamente 50 quilômetros.

2. POPULAÇÃO

2.1. Total da população

Foram identificados 30 domicílios localizados na Lagoa da Encantada. Destes, 27 são habitados por famílias indígenas e 3 por famílias não indígenas.

O recenseamento foi realizado somente nos 27 domicílios indígenas, não sendo pesquisadas as 3 famílias restantes.

O total da população indígena recenseada é de 138 habitantes residentes atualmente na localidade.

2.2. Distribuição por domicílio

A média de moradores por domicílio é de 5 pessoas. No entanto, a distribuição é bastante irregular, variando de um mínimo de 1 até o máximo de 14 pessoas por domicílio. As famílias são compostas pelo núcleo familiar básico - pai, mãe e filhos ou por núcleos ampliados - pai, mãe, filhos, noras, genros, netos, sogros, etc.

A família mais numerosa é a da cacique Pequena, composta de 14 pessoas. Em cinco domicílios residem famílias grandes, compostas de 8 a 10 pessoas; nove domicílios tem famílias de tamanho médio, entre 5 e 7 membros; oito domicílios tem famílias pequenas, de 3 a 4 membros e 6 domicílios são compostos de apenas 1 ou 2 pessoas.

Algumas famílias moram em domicílios diferentes mas dividem uma mesma propriedade. Não há correlação entre tamanho da família e extensão da propriedade: algumas famílias grandes habitam um terreno comunal pequeno enquanto famílias pequenas ou média habitam um terreno comunal mais extenso.

2.3. Distribuição por sexo e idade

Dos 138 habitantes recenseados, 72 pertencem ao sexo masculino e 66 ao sexo feminino.

Quanto ao sexo do chefe de família, 25 chefes de família são homens e 2 são mulheres.

O perfil da população por idade apresenta a seguinte composição: há 31 crianças entre 0 e 6 anos; 25 crianças entre 7 e 11 anos; 25 adolescentes e jovens entre 12 e 19 anos; 51 adultos entre 20 e 59 anos e 6 idosos acima de 60 anos.

Correlacionando a faixa etária por sexo encontramos os resultados abaixo indicados.

Idade	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
0 a 6 anos	14	17	31
7 a 11 anos	09	16	25
12 a 19 anos	14	11	25
20 a 59 anos	31	20	51
60 anos e mais	04	02	06
Total	72	66	138

2.4. Grau de instrução

No conjunto da população, 93 indivíduos possuem alguma escolaridade e 45 nunca frequentaram a escolas. O grau de instrução, por sexo, apresenta a seguinte distribuição:

Escolaridade	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
sem idade escolar	05	11	16
pré-escolar	01	02	03
alfabetização	08	03	11
1 ^a . Série	07	04	11
2 ^a . Série	06	06	12
3 ^a . Série	05	10	15
4 ^a . Série	02	10	12
5 ^a . Série	05	05	10
6 ^a . Série	0	0	0
7 ^a . Série	01	0	01
Sem escolaridade	32	15	47
Total	72	66	138

Na população acima de 7 anos, o maior índice dos que sabem ler e escrever encontra-se na faixa de jovens entre 12 e 19 anos - 19 responderam afirmativamente e 6 negativamente à pergunta sobre sua capacidade de ler e escrever. Quanto às crianças em idade escolar, os índices acham-se igualmente divididos: das 25 crianças entre 7 e 11 anos, 13 sabem ler e escrever e 12 não o sabem.

Com relação ao índice de analfabetismo entre os adultos, foi constatado que 47 indivíduos acima de 15 anos não sabem ler e escrever. Esse índice é mais elevado na faixa etária entre 20 e 59 anos, na qual 36 das 51 pessoas não sabem ler e escrever e entre os 6 indivíduos acima de 60 anos, dos quais 5 não sabem ler e escrever.

Idade	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever	Total
7 a 11 anos	13	12	25
12 a 19 anos	19	6	25
20 a 59 anos	15	36	51
60 anos e mais	1	5	6
Total	49	58	107

A comunidade dispõe de uma escola primária construída há cerca de sete anos mas a rede escolar existente não é suficiente para suprir as necessidades da população. Além disso, não há um ensino diretamente direcionado para os alunos indígenas.

2.5. Ocupação e renda familiar

A vida econômica do grupo está baseada na agricultura de subsistência familiar. Os homens trabalham na agricultura e ocupam-se, simultaneamente, da pesca na lagoa e na praia. Outras atividades bastante desenvolvidas são o extrativismo e a venda de frutas sazonais, o trabalho artesanal e o beneficiamento da mandioca. As mulheres são donas de casa e rendeiras, trabalhando também na agricultura e no beneficiamento da mandioca. Os jovens iniciam-se muito cedo nos mesmos trabalhos dos adultos e as crianças ajudam nos serviços mais leves.

Dos 27 chefes de família pesquisados, 25 tem como atividade principal a agricultura. Dos dois restantes, um é proprietário de uma mercearia e bar e o outro trabalha como assalariado em uma granja das adjacências.

Quanto aos demais membros da família, a maioria dos homens jovens e adultos cultivam o solo como ocupação principal. Um número reduzido de homens exerce o trabalho assalariado fora da comunidade. As mulheres ocupam-se dos afazeres domésticos, são rendeiras, e dividem com os homens algumas atividades na agricultura e na coleta de frutas.

É difícil estimar a renda familiar, em virtude da baixa monetarização das atividades econômicas. No entanto, a título aproximativo, das 27 famílias recenseadas, a renda familiar em salários mínimos, por domicílio, foi avaliada da seguinte forma:

Até um salário mínimo	11
Entre um e dois salários mínimos	04
Três salários mínimos	01
Sem renda fixa	11

2.6. Economia de subsistência

No tocante à agricultura são cultivados o milho, o feijão, a batata doce, o jerimum, o maxixe, a macaxeira e a mandioca. Excetuando-se a mandioca, que "dá o ano todo", os demais produtos são de cultivo sazonal, sendo o plantio melhor aproveitado durante o período de chuvas, que se estende de janeiro a maio.

Existe às margens da Lagoa da Encantada um canteiro comunitário de hortaliças onde se cultiva cebolinha, coentro, tomate, pimenta de cheiro e alface, durante o ano inteiro.

A pesca é feita na própria lagoa e nos mangues, na localidade vizinha do riacho do Barro Preto e na praia do Iguape, onde se utilizam as técnicas da pesca de caçoeira e

tarrafa. Os principais pescados são o cara-peba, o carangueijo, o camarão, o siri, o carapicu, a traíra, a curimatam, a moreia e o piau, pescados o ano inteiro.

O extrativismo vegetal é feito nas próprias terras dos índios onde existem diversas árvores frutíferas. As principais frutas colhidas são o caju, o murici, a ata, a manga, o côco, a banana e o abacate. A época da coleta é sazonal, sendo alguns frutos colhidos no primeiro e outros no segundo semestre. Apenas o coco é colhido o ano inteiro. Também são coletados os espinhos de mandacaru, empregado na confecção da renda de bilros e a castanha de caju, vendida a intermediários que a comercializam.

A criação de animais é pequena, limitando-se a algumas poucas galinhas, em residências isoladas.

Dos itens citados da cultura de subsistência, poucos possuem algum valor enquanto mercadoria, sendo a quantidade de produtos obtidos muitas vezes insuficiente até para o próprio sustento da população.

Entre os produtos comercializados, a farinha de mandioca ocupa o lugar principal. O beneficiamento é feito na própria localidade, pelo método tradicional de obtenção da farinha. O processo se dá inicialmente com a raspagem da mandioca, em seguida prensada e posta para secar e por fim transformada em farinha. A farinha é produzida e vendida o ano inteiro e o montante de dinheiro adquirido com a venda é utilizado na obtenção de outros alimentos da dieta básica, como o arroz, por exemplo.

Há uma carência alimentar crônica que poderia ter suas dimensões reduzidas, uma vez que o solo da região é, segundo os próprios indígenas, bastante fértil, faltando-lhe apenas uma irrigação adequada.

2.7. Artesanato

Pertence ao cotidiano do grupo a execução de trabalhos artesanais. As mulheres são exímias rendeiras e os homens produzem objetos utilizando o cipó e outras fibras naturais da região.

O artesanato da renda de bilros é uma atividade feminina básica e ocupa todas as mulheres, que aprendem a arte ainda crianças e fazem peças como toalhas de mesa, toalhas de bandeja e palas. A renda é feita sobre uma almofada que tem como enchimento folhas de bananeira ou campim. Os bilros (fusos) são feitos de madeira e caroço de mucunã e os espinhos usados para fixar a renda ao molde da almofada são de cardeiro, materiais estes extraídos na própria localidade. Os pontos das rendas mais utilizados são os denominados margaridão, jaquareguara e dente de cão, entre outros.

As peças de renda são vendidas nas praias do Iguape, Barro Preto e Presídio, diretamente, e por revendedores que vem à Lagoa da Encantada receber as encomendas.

O artesanato de fibras naturais produzido pelos homens é utilizado na própria localidade e consiste em sacolas, chapéus, cadeiras, cestos e outros objetos utilitários, como o caçuá - cesto grande que é colocado sobre o jumento servindo para transportar frutas e outros produtos vendidos nas localidades próximas, e o samburá - cesto de boca estreita onde é colocado o pescado. Fabricam também tarrafas e redes de pesca.

2.8. Infra-estrutura e saneamento

Não há na comunidade energia elétrica ou tratamento de água. O abastecimento se dá por meio de um bombeamento eólico comunitário localizado na casa da cacique Pequena e de alguns poços profundos particulares ou na lagoa.

A lagoa apresenta resquícios de contaminação provocada pela Agroindústria Ypioca cerca de cinco anos atrás devido ao vazamento de vinhoto, um sub-produto altamente tóxico da cana-de-açúcar, utilizada pela Ypioca para fabricação de aguardente.

Não há nenhum sistema de saneamento básico na comunidade e faltam banheiros e fossas sanitárias nas residências.

O lixo é jogado próximo às casas, agravando as precárias condições de higiene da população e ocasionando a proliferação de uma grande quantidade de insetos em algumas épocas do ano, principalmente nos meses de chuvas, entre janeiro e maio.

2.9. Saúde

Em consequência da falta de infra-estrutura e saneamento básico a população, principalmente a infantil, é acometida de uma série de doenças, como verminoses, parasitoses, doenças de pele, anemia, gripe e pneumonia .

Não há na comunidade um posto de saúde ou outros serviços de assistência médica e farmacêutica. Os moradores contam apenas precariamente com o trabalho e a dedicação de uma agente de saúde que reside no distrito de Trairussú, mas esta não fornece medicamentos, limitando-se a orientar os índios no combate e prevenção de doenças.

2.10. Relações de parentesco

A genealogia do grupo indica uma rede íntima de relações entre as famílias nucleares - unidade constituída de um homem e uma mulher que possuem ou não filhos - e as famílias extensivas - unidade em que se encontram: marido, esposa, filhos, genros, sogros, e netos.

Identificou-se a existência de três gerações convivendo na localidade, com a predominância do casamento endogâmico, verificando-se uma baixa taxa de exodo populacional na comunidade e de entrada de indivíduos de fora da localidade.

Há uma preferência por matrimônios entre primos cruzados ou paralelos. Estas uniões se dão em um sistema que tem como resultado a descendência em um pequeno número de pessoas do mesmo grupo, onde quase todos os membros da comunidade são consanguíneos.

Todas as 27 famílias residentes na Lagoa da Encantada possuem entre si algum tipo comum de parentesco. Há em uma mesma residência muitos nomes semelhantes, principalmente entre os irmãos, mas são poucos os homônimos, com exceção do nome Francisco que é muito comum. Quanto aos sobrenomes, encontramos doze, sendo eles: Alves, Silva, Soares, Simplicio, Sabino, Vieira, Costa, Lopes, Mendes, Dantas, Pereira e Coelho. A maioria das famílias assina Alves, Silva ou Soares.

3. PROPRIEDADE

3.1. Tempo de residência na localidade

A quase totalidade dos habitantes nasceu na Lagoa da Encantada e sempre morou lá.

Há algumas poucas exceções, como o caso de quatro moradores que nasceram na localidade e viveram por algum tempo fora, em localidades próximas como Trairussu e Riacho do Barro Preto, e no Pacoti, e depois retornaram. Dos nascidos fora, em número de 4, três nasceram na localidade próxima do Riacho Barro Preto e um nasceu no Tapuio.

3.2. Tamanho da propriedade

Os terrenos habitados pela comunidade indígena variam de tamanho. Os menores medem, aproximadamente, 50 x 50 m². Entre os maiores, alguns medem aproximadamente 45 x 400 m², outros 50 x 500 m², 40 x 280 m² e um mede 80 x 180 m².

Vários entrevistados não souberam informar o tamanho da propriedade, fazendo referências apenas a marcos conhecidos: "vai do morro do Urubu até o Cara-cará", "da Lagoa da Encantada até a Pindoretama".

3.3. Características da habitação

As residências são construídas pelos próprios indígenas. Algumas casas são feitas em estilo indígena característico da região, inteiramente de palha e madeira, utilizando matéria prima abundante na localidade e tecnologia indígena tradicional. Outras são construídas de taipa e cobertas com palha de coqueiro, em estilo semelhante. Existe apenas uma casa construída em tijolos.

As habitações são pequenas, possuindo na sua maioria três cômodos. Há pouca distância entre as residências, que formam núcleos de uso comum entre os parentes mais próximos.

O estilo arquitetônico padrão das casas é uniforme, com uma sala com um corredor na lateral esquerda, dois quartos do lado direito e uma cozinha. O banheiro, de palha de coqueiro, fica do lado de fora.

As casas não possuem quase nenhum móvel ou eletrodoméstico. As famílias dormem na sua maioria em redes de algodão e cozinham seus alimentos em fogões à lenha.

3.4. Abastecimento de água

Apenas algumas habitações, em número de 5, possuem poço próprio. Em 8 delas o abastecimento é feito no poço do vizinho e em outras 8 no poço comunitário da casa da cacique *Pequena*. Dois entrevistados declararam abastecer-se com a água da lagoa e em uma propriedade existe um olho d'água.

3.5. Posse da propriedade

Das 27 famílias indígenas recenseadas muitas declararam ter a propriedade da terra em que habitam e possuir a documentação fornecida pelo INCRA, sendo que em alguns casos a documentação está em nome do chefe da família e em outros em nome de algum parente.

Outras famílias declararam não ser possuidores da terra onde moram. Alguns atribuíram a posse a terceiros, outros declararam não saber da existência da documentação.

Vale salientar que as muitas propriedades distribuem-se em áreas de habitação contígua, extremamente próximas. Os terrenos são demarcados por cercas construídas pelos próprios moradores e, em grande parte, são de uso coletivo.

3.5.1. Documentação

Apresentamos a seguir uma listagem preliminar sobre a situação da documentação que comprova a posse da terra em cada um dos 27 domicílios pesquisados. Os informantes são, quase todos, os próprios chefes das famílias e as declarações foram prestadas entre janeiro e março de 1996.

Alertamos que estes dados devem ser tomados com reserva e não devem ser utilizados sem confirmação das famílias indígenas, pois as informações não foram comprovadas pelos pesquisadores, apenas registradas no formulário de aplicação do recenseamento. Além disso, muitos informantes não souberam dizer com certeza qual a situação da propriedade, sendo a listagem apresentada a seguir apenas indicativa e preliminar.

01. Francisco Alves Filho - declarou possuir documento do INCRA.
02. Francisco Alves da Silva - declarou possuir documento do INCRA.
03. Francisco de Assis Soares - declarou ter construído a casa e que o terreno é de seu pai.
04. Luiz Simplicio Soares - declarou possuir documento do INCRA.
05. Valdemar Manoel Soares - declarou que o terreno é do pai de sua mulher, Lucimeire Soares.
06. José Cláudio Alves da Silva - declarou que o terreno é de um tio.
07. José Maria Alves da Silva - declarou que o terreno é de um tio de sua mulher, Maria Osana Alves da Silva.
08. Raimundo Manuel Sabino - declarou que o terreno é de um tio de sua mulher, Maria da Conceição Alves Sabino.
09. Paulo Costa - declarou que o terreno pertence ao seu pai e que este possui o documento de propriedade.
10. José Vieira da Silva - declarou que o terreno pertence ao pai de sua mulher, Maria de Lurdes Costa da Silva e que aquele possui o documento de propriedade.
11. Francisco José da Costa - declarou possuir documento do INCRA.
12. José Soares Costa - declarou que o terreno é do pai e que este possui o documento.
13. José Raimundo Lopes da Silva - declarou que o terreno é do pai e que este possui o documento.
14. Luiz Firmino da Silva - declarou não ser proprietário do terreno.

15. João Simplício Soares - declarou não ser proprietário do terreno.
16. Maria do Carmo Silva Pereira - declarou não ter documento que comprove a posse da propriedade.
17. Manuel Simplício Alves - declarou não ser proprietário do terreno.
18. Valdemar Alves da Silva - declarou não ser proprietário do terreno.
19. Luiz Carlos da Silva - declarou possuir documento do INCRA.
20. Luiz Nonato da Silva - declarou tratar-se do mesmo terreno declarado por Luiz Carlos da Silva.
21. Audeny Vieira da Silva - declarou tratar-se do mesmo terreno declarado por Luiz Carlos da Silva.
22. Joaquim Alves da Silva - declarou possuir documento do INCRA mas que o perdeu.
23. Edivam Mendes Dantas - declarou que recebeu o terreno como indenização.
24. Erialdo da Silva Dantas - declarou que o terreno é da sogra.
25. Valdécio Vieira da Silva - declarou não ter documento que comprove a posse da propriedade.
26. Raimundo Firmino da Silva - sem resposta.

Observação: Pertencem a uma mesma propriedade os domicílios de número :
6 - 7 - 8 ; 9 - 10 ; 11 - 12 - 13 ; 19 - 20 - 21.

4. IDENTIFICAÇÃO

4.1. Auto-identificação

A principal forma de auto-identificação indígena é o sentimento de uma origem comum, baseada na descendência familiar. Uma forma comum de expressão é considerar-

se índio "porque meus pais e avós são índios", "eram índios puros", "sou neto de índio" ou "porque tenho raiz de índio".

Invoca-se muito a memória dos antepassados: "o Odorico (antigo cacique já falecido) dizia que era tudo índio", "meu avo disse meu filho vocês tem uma raiz de índio" e a unidade grupal: "aqui tudo é uma família só", "porque vivemos como índios".

Também há um sentimento de pertencimento à terra indígena, ao "mato" evidenciado por respostas do tipo "porque toda vida moramos pelo mato, por aqui mesmo", ou então "porque nasci e me criei no local dos índios", "porque aqui na localidade tudo é índio" ou ainda "porque moro na Encantada", "na Encantada tudo é índio".

Em muitos casos a organização política foi o elemento responsável pelo despertar da consciência étnica, fazendo com que diversos membros do grupo só passassem a assumir a identidade indígena depois do contato com a da Arquidiocese de Fortaleza. Muitos responderam considerar-se indígenas "por causa da presença do Aécio" ou "da Pastoral Indigenista".

A emergência étnica provocada pela mobilização do grupo e sua interação com entidades indígenas e de apoio aos movimentos indígenas também mudou a perspectiva da identidade, desfazendo estereótipos dos próprios indígenas, como no caso do entrevistado que afirmou "antes eu acreditava que índio era quem tinha fala diferente". Em alguns caso a identidade permanecia latente, como na declaração de que os pais e avós são índios "mas nunca me ensinaram nada sobre isso".

A identificação pelo outro também se manifesta de forma mais genérica, pela afirmação de que "o povo de fora diz que somos índios", "uma mulher dizia que somos índios" ou pela identidade contrastiva decorrente do contato: "depois que entrou gente de fora é que viram que o povo daqui é índio", porém esse é um tipo de resposta pouco frequente.

As dúvidas a respeito da identidade revelam-se fruto da discriminação e do estigma, que aos poucos vai se modificando. Um entrevistado chegou a afirmar "antes a gente tinha era raiva de ser chamados de índios. Mas hoje a gente sabe que somos mesmo". outro considera-se indígena "por viver com os índios", mas tem dúvidas a respeito de sua identidade.

4.2. Denominação do grupo étnico

Há uma dificuldade enfrentada sobre a denominação do grupo, hoje oficialmente designado por Jenipapo-Kanindé. Esta designação foi introduzida e reforçada por

entidades de fora, a partir do final da década de 1980, quando a comunidade começou a participar dos movimentos de organização indígena no Estado do Ceará.

A cacique *Pequena* e alguns membros mais velhos, como Luiz Simplício Soares e Maria Luiza Soares identificam o grupo como sendo de origem Paiaku. Porém a maioria mencionou a alcunha "Cabeludos da Encantada" como sendo o modo pelo qual costumavam ser identificados antigamente pelos não indígenas habitantes do lugar e pelo "pessoal mais velho".

Apenas uma parte do grupo cita o nome Jenipapo-Kanindé quando indagados sobre a denominação étnica, mas explicam que o nome surgiu faz pouco tempo, que foi trazido de fora. Muitos declaram simplesmente não saber qual é o nome do grupo.

5. CONCLUSÕES

Com base no recenseamento realizado na Lagoa da Encantada podemos concluir que:

1. A quase totalidade das famílias residentes na localidade são indígenas.
2. A maioria da população é jovem, o índice de natalidade é elevado e o índice de mortalidade é relativamente baixo.
3. Há um alto grau de analfabetismo na população adulta e a qualidade da instrução é deficiente, não existindo uma orientação voltada para a educação indígena.
4. A subsistência do grupo está baseada na agricultura, na pesca, no artesanato e na coleta de frutos sazonais, com baixa monetarização da economia.
5. Há uma carência alimentar crônica que poderia ser reduzida com a irrigação adequada do solo da região, que é bastante fértil.
6. As condições médico-sanitárias da população são precárias, não existindo posto de saúde ou outros serviços de assistência.

7. Três gerações convivem na localidade, com a predominância do casamento endogâmico. Todas as famílias possuem entre si algum grau de parentesco e a quase totalidade da população nasceu no local.
8. Grande parte das famílias declarou ter a propriedade do terreno em que moram e possuir documentação do INCRA.
9. A auto-identificação do grupo baseia-se no sentimento de uma origem comum compartilhada e na ancestralidade do território habitado.
10. Há uma dificuldade causada pela denominação Jenipapo-Kanindé, introduzida de fora, recentemente. Alguns membros mais velhos do grupo identificam-se como pertencentes à etnia Paiaku mas a maioria menciona apenas a alcunha "Cabeludos da Encantada", modo pelo qual eram identificados antigamente pelos vizinhos não-indígenas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Fortaleza, 25 de agosto de 1997.

Ilmo. Sr.
Beto Ricardo
Instituto SócioAmbiental
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo SP

Prezado Senhor,

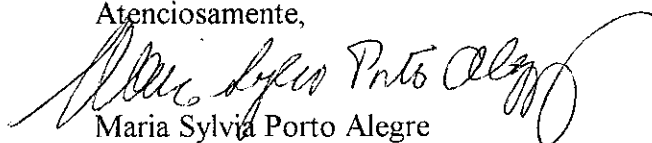
Encaminho ao Instituto SócioAmbiental cópia da correspondência recente trocada com a FUNAI sobre a identificação das terras indígenas no Ceará.

Envio também um exemplar do relatório de pesquisa "Censo Indígena da Lagoa da Encantada", referente à terra indígena localizada no município de Aquiraz - CE, oficialmente denominada Jenipapo-Kanindé. Chamo sua atenção para o item 4. do relatório que aponta a dificuldade causada por essa denominação equivocada, introduzida de fora, recentemente.

Nossas pesquisas históricas, bem como estudos anteriores realizados na Lagoa da Encantada, confirmam a auto-identificação feita por alguns membros mais velhos e pela cacique, de que o grupo pertence à etnia PAIAKU, habitante tradicional daquela região desde tempos imemoriais. Enviaremos uma cópia dos resultados desse estudo a V. Sa., tão logo esteja concluído.

Coloco-me à sua disposição para maiores informações e subscrevo-me

Atenciosamente,



Maria Sylvia Porto Alegre

Endereço para correspondência:

Rua 8 de Setembro 120/201
Fortaleza 60.175-210 Fortaleza CE
Tel. (085) 267.2682 E-mail: msylvia@fortalnet.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Fortaleza, 18 de agosto de 1997.

Ilmo. Sr.
Alceu Cotia Mariz
Fundação Nacional do Índio
Departamento de Identificação e Delimitação
SEPS 702/902 Edifício LEX Bloco A 3º andar
70340-904 Brasília DF

Assunto: Informações sobre as sociedades indígenas no Ceará

Prezado Senhor,

Em resposta ao seu Fax de 15/08/97 tenho a informar que venho realizando pesquisas antropológicas sobre as sociedades indígenas no Ceará desde 1990, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

A partir de 1993 coordeno o projeto efetivado pelo CNPq : "Relações Inter-étnicas e História Regional: uma revisão do desaparecimento dos povos indígenas no Nordeste", no qual se inclui a pesquisa etnográfica e histórica, em andamento, sobre as terras indígenas identificadas pela FUNAI no Ceará.

Realizamos em 1996 um recenseamento da população indígena localizada na Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz - CE, contante da programação de identificação da FUNAI como pertencente à etnia Jenipapo-Kanindé, cujo relatório enviamos em anexo.

Está em andamento um recenseamento da população que habita a terra indígena Pitaguary, localizada no município de Maracanau - CE, atualmente na fase inicial de trabalho de campo e cujos resultados preliminares estão previstos para março de 1998. No momento, infelizmente, ainda não temos informações seguras que possam ser adiantadas.

Envio também, em anexo, o exemplar do livro solicitado por V. Sa. - Porto Alegre, M. S., Mariz, M e Dantas, B.G. (orgs) *Documentos para a História Indígena no Nordeste. Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, São Paulo, NII/USP/FAPESP, 1994 - no qual estão transcritos vários documentos dos séculos XVIII e XIX indexados no Arquivo Público do Estado do Ceará, sobre as etnias e terras indígenas acima mencionadas.

Coloco-me à sua inteira disposição para maiores informações, esclarecimentos e futuras contribuições,

Atenciosamente,


Prof. Dra. Maria Sylvia Porto Alegre

Endereço para correspondência:

Rua Oito de Setembro 120/201 Varjota

Fortaleza 60175-210 CE

Tel. (085) 267.2682 E-mail: msylvia@fortalnet.com.br

**FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO
FAX: (061) 226-7168**

SRTVS Quadra 902 Bloco A Edifício LEX 3º Andar
70.340-904 Brasília - D F
Fones: (061) 323-2847 / 226-8211 R: 285

DESTINATARIO: PROF(a). SILVIA PORTO ALEGRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - FORTALEZA/CE

Nº DO FAX: (085) 2815223

DATA: 15/08/97

Nº DE PAGINAS: ESTA+0

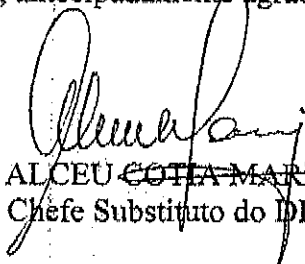
Nº DO DOCUMENTO: 465/DAF

MENSAGEM

Cumprimentando-a, temos a satisfação de comunicar que, dentro de nossa programação para o presente exercício, estão contempladas as terras de ocupação tradicional das sociedades indígenas Genipapo-Canindé e Pitaguary. Nesse sentido, solicitamos informações sobre tais grupos, bem como um exemplar do livro **FONTES INÉDITAS PARA A HISTÓRIA INDÍGENA NO CEARÁ**. Esclarecemos que sua produção acadêmica é imprescindível para orientar os trabalhos dessa instituição no Estado do Ceará.

No nosso endereço é: SEPS 702/902 EDIFÍCIO LEX BLOCO A 3º ANDAR
CEP. 70.340-904 BRASÍLIA/DF
TEL: (061) 323 2847 FAX: (061) 226 7168

Pela prestimosa colaboração, antecipadamente agradecemos.


ALCEU COTTA MARIZ
Chefe Substituto do DID